



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO
CURSO EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

MARIA DA PAIXÃO AZEVEDO

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR FAMÍLIAS E PROFESSORES PARA
INCLUIR CRIANÇAS AUTISTAS EM SALAS DE AULAS COMUNS**

FLORIANO

2023

MARIA DA PAIXÃO AZEVEDO

OS DESAFIOS ENFRENTADO POR FAMÍLIAS E PROFESSORES PARA INCLUIR
CRIANÇAS AUTISTAS EM SALAS DE AULAS COMUNS

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Educação Especial e
Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leanne Silva de Sousa.

FLORIANO
2023

OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR FAMÍLIAS E PROFESSORES PARA INCLUIR CRIANÇAS AUTISTAS EM SALAS DE AULAS COMUNS

Maria da Paixão Azevedo¹

Leanne Silva de Sousa²

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento da criança que traz prejuízos acentuados à comunicação e à interação social. E é caracterizado em três níveis de suporte: autismo 1, autismo 2, autismo 3. Apresenta-se a infância e persiste por toda vida. Podem vir associados ao TEA várias comorbidades entre elas o Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), epilepsia, deficiência intelectual entre outras. O presente estudo versa sobre a inclusão e o Transtorno do Espectro Autista tema de grande importância para a educação. Esse trabalho teve como objetivo geral investigar os desafios enfrentados por famílias e professores para incluir criança autistas nas salas de aula comuns. A metodologia é de cunho bibliográfico qualitativo em que se buscou conhecer o pensamento de autores e pesquisadores sobre a temática abordada. Realizada entre os meses de março a outubro de 2023 em periódicos como: Capes, Scielo, livros. Teve como critérios de seleção artigos em anos anteriores. O maior desafio apontado pelos autores foi a falta de formação adequada do professor. Com isso, conclui-se que não basta só matricular as crianças com TEA no ensino regular, mais sim, dá ao aprendiz as mesmas oportunidades de aprendizagens dadas às crianças típicas.

Palavras-chave: inclusão; autismo; família; professor.

ABSTRACT

Autism spectrum disorder (ASD) is a condition of a child's neurodevelopment that causes severe impairments in communication and social interaction. And is characterized in three levels of support autism one, autism two and autism three. Presents in child hood and persists throughout lif Several comorbidities may be associated with ASD, including attention deficit hyperactivity disorder (ADHD), epilepsy, intellectual disability among o thess. This study deals with the inclusion and autism spectrum disorder, a topic of great importance for education. This work has the general objective of investigation the challenges faced by families and teachers to include autistic children in common classrooms. The methodology is a qualitative bibliographical study in which I seek to understand the thoughts of authors and researchers on the topic addressed, carried out between the months of march and October 2023 in newspapers sch as: Capes, Scielo, books. The selection criteria include articles in Portuguese monographs, theses published in the last six years, and books dated from previous yars. The biggest challenge faced by the authors was the lack adequate teacher training it is concluded that it is not enough to enroll children with TEA. Not to teacher regularly, best simply to give this leaener the same learning opportunities giventypical.

Keywords: Inclusion; autist; family; teacher.

Data de aprovação: XX/XX/XXXX (data de apresentação do TCC)

¹ Pedagoga pelo Instituto de Educação Superior São Judas Tadeu, discente do curso de especialização em Educação Especial e Inclusiva Campus Floriano-PI. E-mail: azevedomaria866@gmail.com.

² Doutora em Química pela Universidade Federal do Piauí-IFPI Campus Valença-PI. E-mail: leanne.silva@ifpi.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O referido trabalho almeja apresentar o transtorno espectro autista e a inclusão escolar no âmbito da sala de aula comum, como um grande desafio que pais e professores vêm enfrentando na contemporaneidade.

A escolha da temática se deu por acreditar que à educação inclusiva não é só matricular uma criança atípica numa sala de aula comum, mas dá-lhes as mesmas oportunidades de aprendizagem dadas as crianças típicas. (Santos, 2018). Pois, educação é um direito constitucional garantido a todos os cidadãos. Hodiernamente o transtorno do espectro autista e a educação inclusiva têm grande relevância no cenário educacional e de pesquisas científicas brasileiras, pois tem-se observado um aumento considerado de diagnósticos de crianças com Transtorno do Espectro Autistas e suas comorbidades.

Diante de tal realidade a preocupação de famílias e professores com a educação desses discentes se tornou evidente, por um lado a família busca uma aprendizagem efetiva, igualitária e equitativa e por outros professores que se veem em um ambiente educacional com alunos típicos e atípicos com pouco recursos, às vezes, sem nenhuma formação continuada na área, tendo que adequar sua metodologia para atender a todos igualmente e ainda, socializá-los evitando assim, a exclusão. Este presente estudo teve como objetivo geral investigar os desafios enfrentados por pais e professores para incluir crianças autistas em salas de aulas comuns por meio de uma pesquisa bibliográfica. Figueira (2021) traz como conceito de inclusão: Um agrupamento de ação significativa que oportuniza de forma equitativa os mesmos direitos de aprendizagens tanto para discentes típicos como atípicos (FIQUEIRA, 2021). Sendo assim, incluir com equidade não significa dar as mesmas oportunidades a todos os aprendentes, mais sim, dar mais oportunidade a quem necessita de mais. A inclusão é importante e muito significativa para quem recebe a ação. É uma etapa imprescindível para os discentes que modo geral, faz parte desse processo e passa a vivenciar situações desafiadoras dentro do ambiente educacional. (FIGUEIRA, 2021)

A inclusão é um tema que traz uma gama de preocupação principalmente para professores que, às vezes, sem nenhuma formação específica se ver dentro de uma sala de aula mista com alunos com diferentes deficiências inclusive o autismo que no DSM-5(2014) é conceituado como: transtorno do neurodesenvolvimento que manifesta irregularidade nas habilidades cognitivas, funcional, intelectual e motora (Psychiatry Association, 2014 p. 58).

O autismo é uma síndrome com características que pode variar bastante de indivíduo para indivíduo com sérios comprometimentos comportamentais, sociais, e linguístico e juntos ao transtorno pode-se associar outras comorbidades como: deficiência intelectual, TDAH, epilepsia entre outras. Para o DSM-5 (2014) a prevalência de autismo é maior em pessoas do sexo masculino. Para cada quatro indivíduo diagnosticado com TEA três são meninos e uma menina (Psychiatry Association, 2014 p.59). As características mais marcantes no indivíduo com TEA são: a ecolalia (repetição de palavras, conversas dos desenhos favoritos), dificuldade para quebrar a rotina, crises de risos, e o famoso flapping (que é movimentar as mãos e o corpo pra frente pra trás). (Liberalesso, 2020)

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) no art. 28 inciso I ressalva que: “é incumbência do Poder Público criar “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidade bem como aprendizado ao longo da vida.” (BRASIL, 2015). Sendo assim, a pessoa com deficiência tem que ser parte integrante do ensino regular e cabe aos pais buscar junto à escola a inclusão de seus filhos e o ambiente educacional se adaptar à realidade do educando. (BRASIL, 2015)

E por fim, esta pesquisa poderá ser de grande relevância para o cenário científico, pois, possibilitará que outros pesquisadores a utilize como fonte de estudos para trabalhos

futuros e ainda, servirá para informar e conscientizar pais, professores, gestores bem como acadêmicos e demais interessados em conhecer o transtorno do espectro autista bem como suas características.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL

A Educação Especial no Brasil existe desde os primórdios do Brasil Colonial, mas só a partir da década de 90 ganhou notoriedade na Esfera Federal com a reestruturação do Ministério da Educação e a criação de Políticas Públicas voltada para deficientes buscando a universalização com qualidade, equidade numa indiferença às diferenças (FIGUEIRA, 2021). Enveredando pela história da educação especial pode-se salientar que o atendimento à pessoas com deficiências são amparadas por várias Bases Legais Nacionais e Internacionais. Faz-se necessário uma breve discussão sobre esses fundamentos, iniciando-se pelos internacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) declara no art. 1 que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” e no art.7 “todo ser humano tem direito a instrução”. Portanto o documento é enfático em dizer que a educação é um direito de todos cidadão sem qualquer forma de exclusão, discriminação ou preconceito. A Declaração de Jomtien (1990) na Conferência Mundial sobre Educação direito de todos declara que a educação é direito fundamental e absoluto de toda criança, jovem ou adulto.

A Declaração de Salamanca na Conferência Mundial sobre as necessidades educativas (1994) traz como princípio fundamental a inclusão de todas as crianças sejam elas típicas ou atípicas têm direito de frequentar o mesmo ambiente educacional. Dentre os dispositivos legais brasileiros a Carta Magna de (1988) nos artigos 5 e 205 preconiza que todos são iguais e têm direito a uma educação balizada nos princípios da igualdade, solidariedade e equidade. (BRASIL, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no art. 58 conceitua Educação Especial como: “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação”.(BRASIL, 1996 p.25) Ou seja, o educando incluindo neste artigo tem o direito de frequentar o mesmo espaço escolar que as crianças “normais”, portanto, as salas de aulas comuns.(BRASIL, 1996)

Nesta mesma linha de raciocínio as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial definem Educação Especial como: “a modalidade de educação escolar que é organizada de forma a considerar uma aproximação dos pressupostos e de prática pedagógica social da educação”. (BRASIL, 2001 p.9)

O Plano Nacional de Educação (PNE) traz metas e diretrizes voltadas para a Educação Especial que ressalva na meta 4:

Universalizar, para a população de 4(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, “transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. (BRASIL, 2014)

Portanto, a meta 4 do Plano Nacional de Educação diz que é obrigação do Estado garantir a todas as pessoas atípicas educação gratuita e de qualidade, sala de AEE no contraturno para o desenvolvimento de atividade extracurriculares e mais profissionais especializados para auxiliar no desenvolvimento dessas atividades.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ressalva no art. 4 que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Portanto, os documentos supracitados coadunam para o mesmo propósito que é universalização da educação para todos independente de deficiência ou não, todos tem o direito de frequentar os mesmos espaços, ou seja, as escolas regulares. (BRASIL, 2015)

De acordo com Figueira (2021) Educação Especial é uma modalidade de educação que traz como normas a plena inserção das pessoas com deficiência na sociedade. O mesmo autor conceitua Educação Inclusiva como: “Educação Inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças, não uma simples colocação em sala de aula” (Figueira, 2021, p. 9). Para o autor incluir não é fazer várias “manobras de faces”, mas respeitar as indiferenças equiparando as diferenças. (FIGUEIRA, 2021).

2.1.1 Conceituando Transtorno do Espectro Autista

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais (DSM, 2014) este manual serve para classificar os transtornos mentais e auxilia os profissionais de saúde a diagnosticar transtornos de condições neuropsiquiátrica. Este documento conceitua o Transtorno do Espectro Autista como: o Distúrbio do neurodesenvolvimento que prejudica o desenvolvimento social e comunicacional do indivíduo, além de apresentar estereotipias com ações recorrentes (Psychiatrion Association, 2014 p. 54).

Já a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA (2012) conceitua uma pessoa autista com: aquela pessoa com características evidentes e permanentes antissocial com movimentos recorrentes, estereotipias frequentes com pouca ou nenhuma reciprocidade, além do déficit na comunicação verbal e não verbal. Contudo, essa Política classifica o autismo como uma deficiência enquanto os demais documentos classificam o autismo com um transtorno (BRASIL, 2012).

Para Cunha (2022) O Autismo depreende da análise de uma coleção de hábitos que formam uma tríade de comprometimentos na fala, na socialização, e no entrosamento com ações restritas. Diante de tais conceito pode-se perceber que não existe divergências entre os autores pesquisados, todos enveredam numa mesma linhagem de pensamento. (CUNHA,2022)

2.1.2 Características do autismo

O DSM-5 aponta como característica do indivíduo com TEA o déficit na linguagem e nas interações sociais e padrões restritivos e repetitivos de comportamentos que causam perdas persistentes das habilidades nos primeiros anos de vida de uma criança diminuindo seu desempenho diário. (DSM-5, 2014). Em consoante com Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei 12.764 de 2012 (Lei Berenice Piana) caracteriza o autismo como:

Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; Padrões restrito e repetitivos de comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamentos ritualizados; interesses restritos e fixo (BRASIL, 2012).

Liberalesso (2020) reitera ainda que os comportamentos repetitivos e restritivos estão relacionados a não gostar de sair da rotina e tentam resistir quando esta é alterada, repetição involuntária de frases desconexas e dos movimentos corporal, interesse por determinada parte de um objeto, falta de coordenação motora grossa e fina, sensível a qualquer barulho, ou seja, o indivíduo com autismo possui muita sensibilidade auditiva. (LIBERALESSO, 2020).

Liberalesso (2020) ressalta que: “o comportamento humano é constituído de experiências e interações sociais entre o indivíduo e o meio”. (LIBERALESSO, 2020 p.18). Pode-se observar experienciar e interagir são duas habilidades que dependem da relação do indivíduo e meio social para que de fato ocorra uma socialização concreta, no entanto, para a pessoa com autismo isso é quase impossível, pois, umas das características desse público é ter dificuldade de fazer amizades, se relacionar com outras pessoas. (LIBERALESSO, 2020)

2.1.3 Níveis de gravidade do autismo

O DSM-5 (2014) caracteriza o autismo em três níveis de gravidade: Nível 1 ou leve exige pouco apoio, apresenta danos notáveis na comunicação, tem dificuldade de iniciar interação com outra pessoa, apresenta falha no diálogo com os outros, dificuldade de fazer amizades e às vezes, quando consegue desenvolver esse laço torna-se habitualmente mal sucedido. Nível 2 ou moderado precisa de apoio substancial, deficiência discreta nas habilidades comunicacionais, comportamento inflexível, muita dificuldade em mudar a rotina. Nível 3 ou severo precisa de muito apoio substancial, apresenta grandes dificuldades nas habilidades de comunicação, alguns verbalizam outros não causando muito prejuízo funcional, a capacidade de iniciar uma interação social é bastante limitada e praticamente não responde a comunicação social do outro, e quando interage é apenas para satisfazer seus interesses, só reage a abordagem direta. (DSM-5 American Psychiatric Association 2014)

Pereira (2019) salienta que a divisão em níveis veio a partir do DSM-5 (APA 2014) diferenciando do DSM-IV (APA, 1995) que subdividia o Transtorno do Espectro Autista em: Autismo precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global de desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger.

2.1.1.1 Diagnóstico

Para o DSM-5 (2014) os diagnósticos têm mais validade ou credibilidade quando é feito um rastreio minucioso das informações com a observação do especialista, história do responsável pelo autista e quando se faz uma descrição dos equipamentos. E aponta como critério para o diagnóstico: Déficit na comunicação e na interação social; déficit de reciprocidade sócio emocional; déficit comportamental de comunicação não verbal; déficit de compreensão, desenvolvimento e manutenção de relacionamentos. (DSM-5, 2014)

Fernandes, Tomazzelli e Girianelli (2020) salienta que: “O diagnóstico precoce do autismo possibilita intervenção mais cedo favorecendo o desenvolvimento de habilidades comprometidas e proporcionando uma adaptação para o indivíduo e sua família”. (FERNANDO, TOMAZZELLI E GIRIANELLI, 2020, p. 6) para os autores a criança autista que recebe o diagnóstico antes dos três primeiros anos e logo as famílias buscam intervenções com a equipe multidisciplinar esta terá grandes possibilidades de se desenvolver tanto nos aspectos cognitivos, sociais e motor. (FERNANDO, TOMAZZELLI E GIRIANELLI, 2020)

Pereira (2019) apud (World Health Organization, 2018) o autismo é classificado como o transtorno global do desenvolvimento e é identificado pelo código F84. Mas, a partir de 2018 a Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou a CID 11 que enquadra o TEA nas modificações do DSM-5 (2014) e o Espectro Autista recebeu nova classificação, cujo o

código é 6A 02 desta forma este CID 11 classifica a deficiência intelectual, a linguagem funcional e os diagnósticos em níveis de prejuízos de habilidades cognitivas.

O Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) do governo dos Estados Unidos divulgou em 23 de março de 2023, publicou um relatório com novos dados sobre a prevalência do Transtorno do Espectro Autista em que afirma que uma em cada trinta e seis crianças em idade de oito anos são diagnosticadas com autismo superando o último relatório que divulgado em 2021 que era uma em cada quarenta e quatro crianças. O DSM-5 (2014) afirma que para cada quatro crianças diagnosticada com o Transtorno do Espectro Autista três são do sexo masculino e uma do sexo feminino (DSM-5, 2014 p.56).

Souza (2021) enfatiza que “o diagnóstico é baseado em critérios clínicos e não há como comprová-lo por exames laboratoriais.” (Souza, p. 326). Ou seja, o autismo não é diagnosticado através de nenhuma análise laboratorial, mais sim, por uma equipe de profissionais especializados no transtorno. (SOUZA, 2021).

2.1.1.2 Processo de inclusão de crianças autista nas salas de aulas comuns

O termo autismo segundo Cunha (2022) foi originado do grego *autos* que significa “de si mesmo” e quem o empregou pela primeira vez foi o Psiquiatra Suíço E. Bleuler, no ano de 1911, que tinha como objetivo descrever a fuga realidade e a timidez da paciente acometido de Esquizofrenia. Em 1953, outro Psiquiatra Alemão conhecido como Leo Kanner publica o clássico artigo “Distúrbio Autístico do contato afetivo” ‘descrevendo 11 crianças que apresentava uma tendência ao isolamento um intenso desejo pela mesmice”. (CUNHA, 2022)

Em 1964 O Psiquiatra Austríaco Johann “Hans” Friedrich Karl Asperger publicou o artigo “A Psicopatia Autista da Infância” descrevendo pacientes com sinais e sintomas semelhantes aos observados por Kanner, mas descrevendo que parte deles apresentava um interesse intenso e restrito por assuntos específicos. (Liberalesso, Lacerda, 2020 p.14).

Oliveira (2015) no Brasil em 1917 o Professor Norberto de Sousa Pinto, se destacou por ser o primeiro professor que fundou um colégio para crianças com retardo mental. O autor cita Deodato Moraes que veio também a São Paulo com a finalidade de instruir educadores brasileiros. Deodato sintetizou a Pedagogia em quatro fundamentos: estudo científico da criança, associação eficaz dos médicos e do educador, colaboração sincera da família e da escola na obra educativa, e ambiente social. (OLIVEIRA, 2015)

À luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9394/96 que normatiza a educação escolar no parágrafo § 3º ressalva que: a Educação Especial inicia aos zero anos e se estende ao longo da vida. (BRASIL, 1996). A mesma Lei assegura no § 2º aos educandos com deficiência Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos educandos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação sempre que o educando necessitar. (BRASIL, 1996)

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para Pessoas com Transtornos do Espectro Autista é orientada por vários documentos oficiais entre eles pode-se citar a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei 12.764 ressalva no parágrafo único do art. 2º que: em caso de comprovada necessidade, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista incluído nas salas comuns de ensino regular nos termos do inciso IV “terá direito ao acompanhante especializado” (BRASIL, 2012). Ou seja, a lei assegura ao autista um profissional com formação para ajudar no processo de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 2012)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei 13.146 de 2015 no art. 27 diz que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência assegurados sistemas inclusivos educacionais inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e

habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

A Lei Nº 16.756 de 7 de junho de 2018 dispõe sobre a inserção do Símbolo Mundial da Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas placas de atendimento prioritário ressalva que:

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino públicos e privados que disponibilizam atendimento prioritário devem inserir nas placas que sinalizam esse tipo de atendimento a “fita quebra-cabeça” símbolo mundial da Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista- TEA (LEI 16.756, 2018).

Mantoan (2003) defende uma escola inclusiva em que “a escola é que tem que mudar e não o aluno para ter direito a ela!” (MANTOAN, 2003 p.8). Portanto, para a autora a escola deve estar sempre inovando buscando novos protótipos para oferecer ao aprendente um ensino com excelência pautado na educação equalizadora e com isso ter acesso a mesma sem precisa recorrer a meio legais. (MANTOAN, 2003)

Cunha (2022) defende que um ambiente educacional inclusivo é aquele que: “para realizar uma educação adequada, deverá, ao incluir o educando no meio escolar, incluir também a sua família nos espaços de atenção e atuação pedagógica” (CUNHA, 2022 p. 90). Portanto, para o autor não há inclusão sem a participação dos pais no processo educacional. (CUNHA, 2022)

2.1.1.3 Estratégias viáveis para que pais e professores obtenham sucesso no processo de inclusão

Oliveira (2015) enfatiza que, para inserir crianças com deficiência em ambientes escolares regulares é necessário investir em estratégias que possibilite o processo de ensino e aprendizagem desse público alvo como: organizar proposta curricular adaptando as necessidades dessa clientela, considerar as diferentes áreas do conhecimento respeitando o repertório de benefícios; construir o plano individualizado de trabalho para os alunos tanto da sala comum quanto da sala multifuncional; planejar a avaliação de forma contextualizada. O autor salienta que para escolher estratégias e recursos precisa-se considerar características importantes: “o tamanho da forma, o cheiro, a textura, a cor o som produzido” (OLIVEIRA, 2015 p.26). A partir disso, o educador observará o que é novo para o aprendiz e o que ele já conhece. (OLIVEIRA, 2015)

Cunha (2022) aponta algumas estratégias que podem ser utilizadas por professores tanto das salas comuns quanto das salas de recursos para desenvolver habilidades de alunos com TEA: o Lúdico, a pintura, a música, o brinquedo, recortes, colagens, sequência lógica, materiais concretos, atividades pedagógicas e rotina. Para o autor essas estratégias chamam muito a atenção do aprendente seja ele típico ou atípico, pois, trabalham regiões específicas da aprendizagem e estimulam o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo. (CUNHA, 2022) Ainda sobre estratégias para auxiliar professores em sala de aula Carlotto et.al (2021) aponta algumas estratégias que o professor poderá usar em sala de aula para ajudar discentes tendo como foco o a aprendizagem das crianças com TEA. O autor enfoca ainda, que essas estratégias podem ser desenvolvidas com todo público da educação escolar.

Criar atividades com nível mínimo de atenção; estimular a memória de curto prazo com palavras ou temas que interligam a vida efetiva e cotidiana do estudante; propor atividade que estimule a discriminação visual e auditiva; persistência na conclusão das atividades; realizar uma atividade por vez; ensinar a criança a lidar com erros e frustrações; estimular o trabalho em grupo. (CARLOTO, et.al. p. 7, 2021)

Contudo, para que haja efetivamente a inclusão é necessário que todos participem do processo e ainda pode-se perceber que as estratégias acima citadas é uma conjuntura que se bem elaborada facilita o trabalho do professor em uma sala mista. (CARLOTO, et.al. 2021)

2. PROCESSOS METOLÓGICOS

Quanto ao processo metodológico tratou-se de uma Pesquisa Bibliográfica sobre os desafios enfrentados por pais e professores para incluir crianças autistas nas salas de aula comum. Lakatos e Marconi (2003) também define pesquisa bibliográfica como: “Um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestido de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema” (LAKATOS E MARCONI, 2023, p. 158). Ou seja, é uma coleta de dados em publicações anteriores a pesquisa atual. (LAKATOS E MARCONI, 2023).

Aplicou-se uma investigação qualitativa exploratória descritiva fundamentada na teoria de autores e pesquisadores da área da Educação Especial versus Educação Inclusiva realizada entre os meses de janeiro a outubro de 2023 em que foram analisados artigos, teses, livros publicados nos últimos seis anos em que procurou-se compreender os fenômenos sociais e comportamentais da criança autista dentro da sala de aula. Lakatos e Marconi (2023) define pesquisa como “um procedimento formal, método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer à realidade ou para descobrir verdades parciais. ” (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 155). Já para (Silva, 2001) pesquisa é uma coleção de indagações proposta cujo o objetivo é buscar solucionar um problema totalmente ou parcialmente.

Silva, (2001) define Pesquisa Exploratória como o método que tem grande ligação com o problema a ser pesquisado visando expor algo e ainda construir. Geralmente ela se caracteriza como um levantamento bibliográfico. Silva (2001) também conceitua pesquisa qualitativa como “um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e o subjetivo. ” (SILVA, 2001, p.21). O autor define Pesquisa descritiva como aquela que tem como objetivo aponta as características de uma determinada coisa, comunidade, fato ou o levantamento de dados do investigado. (SILVA, 2001)

A Pesquisa se deu por meio de um levantamento de dados com uma investigação aprofundada sobre o tema proposto em periódicos como: Educapes, Scielo, Google Acadêmico, livros. Para essa busca foram usados os seguintes descritores: Inclusão, autismo, família, professor e escola nas bases de dados dos periódicos acima citados. E objetivou responder o questionamento: quais os desafios enfrentados por famílias e professores para incluir crianças autista nas salas de aulas comuns?

3. RESULTADOS E DISCURSÕES

Os resultados foram apresentados por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico fundamentada no pensamento de alguns autores e pesquisadores usando como critérios para a seleção desses documentos os descritores Família, escola inclusão e professores.

Foram selecionados quarenta artigos destes vinte e seis foram descartados por estarem incompletos, não responderem os objetivos, não estarem escritos em português. As pesquisas foram feitas em fontes confiáveis como: artigos científicos, livros, teses, monografias, revistas científicas, encontrados nos periódicos Capes, Google acadêmico, Scielo. Teve como critério de seleção a base de dados coletados em publicações datadas entre os anos de 2017 a 2023 sendo utilizados alguns livros de anos anteriores a 2017.

Participaram das pesquisas dos autores abaixo citados: Almeida (2021), Barbosa (2018), Batista (2021), Carloto (2021), Cunha (2020), Cabral et. Al. (2021), (2023), DSM-

5(2014), Falcke, Marin (2021), Fernando, Tomazzelli, Girianelli (2020), Liberalesso (2020), Lakatos e Marconi (2003), Magalhães (2021), Mantoan (2003), Pereira (2018), Pereira (2019), Redondo (2021), Rodrigues, Jesus, Silva (2021), Souza (2021), Souza (2021), Santos e Oliveira (2020), Aragão (2021), Vaz e Portilho(2023), Adurens e Viera(2019), Silva (2020).

Com esta pesquisa de cunho bibliográfico buscou-se encontrar resposta para a investigação sobre os desafios enfrentados por famílias e professores para incluir crianças autistas em salas de aulas comuns. Com base nos resultados pretendeu-se desenvolver estratégias eficazes para que o processo de inclusão aconteça de forma integral em que todos os envolvidos possam com criatividade e determinação fazer da escola um ambiente acolhedor e não apenas um depósito de crianças atípicas.

A análise dos resultados trouxe uma compreensão significativa sobre fatores como a interação social e a comunicação que, às vezes, dificulta o processo de formação e inclusão de crianças com TEA nas escolas de ensino regular. Nessa conjuntura a pesquisa foi dividida em tópicos para uma melhor discussão acerca das informações encontradas os resultados coletados foram distribuídos da seguinte forma: (1) Os desafios presentes na relação família-escola; (2) Os desafios enfrentados por Professores para trabalhar com crianças típicas e atípicas dentro da mesma sala de aula.

4.1 Os desafios presentes na vida de família de crianças com TEA

Com base na análise dos dados coletados, Aragão (2021) aponta como desafio enfrentado por pais de crianças com TEA é a desinformação da família sobre o autismo que acaba dificultando o conhecimento sobre como lidar com as necessidades de seu filho e ainda aprender a lutar com o preconceito e mais auxiliar outras mães a enfrentar as estereotipias que são muito recorrentes em crianças com TEA. O autor lembra também da dupla jornada da mãe de criança autista como motivo de “estresse e cansaço exacerbado” [...] “a gravidade dos sintomas como propulsor para desencadear o estresse na vida conjugal” (ARAGÃO, 2021, p. 41,). O autor aponta os fatores acima citados como consequências do adoecimento mental de mães de crianças com TEA. (ARAGÃO, 2021). O autor acrescenta ainda que a sociabilidade e a instrução do aprendente com Transtorno do Espectro Autista necessita ser sistematizada para apoiar a família e a escola no processo educacional (ARAGÃO, 2021).

Baiense e Thiengo (2023) enfatizam que instituição educacional e pais formam uma diáde em que ambos são responsáveis pela educação de seus filhos autistas e devem partilhar respectivamente dos mesmos objetivos comuns.

Cunha (2022) partindo do princípio da inclusão salienta que quando pais e escola se tornam discordantes no exercício educacional de seus filhos assumindo um posicionamento diferente do grupo mesmo que seja pelo bem comum de todos isso pode ferir à liberdade e à tolerância, dois princípios basilares para o processo de ensino e aprendizagem. Para o autor o ideal é que instituição familiar e instituição educacional caminhem juntas prezando pela afetividade e incentivando a harmonia e a ludicidade dentro da sala de aula (CUNHA, 2022). Para que a inclusão aconteça de fato é necessário que família e escola caminhem juntas em prol do mesmo objetivo. Que sejam concordantes com relação ao processo de ensino e aprendizagem de seus filhos e alunos que busquem sempre uma comunicação afetiva, pois, o colégio é uma extensão do lar dessa criança, portanto, o professor precisa ambos de posse dessas informações terem uma maior envolvimento no processo de desenvolvimento intelectual e social do seu filho ou aprendente,

4.2 Os desafios enfrentados por Professores para incluir crianças típicas e atípicas dentro do mesmo ambiente educacional.

Adurens e Vieira (2019) enfatizam que um dos desafios para inclusão de discentes com TEA no ensino regular é a falta de apoio de uma equipe multidisciplinar para orientar o professor e a equipe pedagógica; os educadores se sentem despreparados para trabalhar com este público-alvo além da difícil tarefa de incluir as autoras ainda, citaram a falta de parceiros, ou seja, os multiprofissionais para dar suporte às famílias da educação inclusiva.(ADURENS E VIEIRA, 2019). E as autoras apontam ainda, a falta de tecnologias, materiais didáticos especializado para ajudar na qualidade educacional do autista, a falta de capacitação do preceptor. (ADURENS E VIERA, 2019). Cartolllo et.al. (2021) saliente que o educador não tem uma formação adequada nos aspectos práticos e teórico de forma a centralizada nos fundamentos da inclusão principalmente nos aspectos relacionados ao autismo e isso reflete diretamente na incompreensão sobre as necessidades diferenciadas e sobre conhecimento adequado para trabalhar com alunos com TEA. Vaz e Portilho (2023) corroboram que a formação do docente tem que ser contínua e permanente pois, para as autoras é muito desafiador ensinar crianças com TEA. É essencial que o educador tenha um mínimo de formação, revise sua práxis, seus métodos e ainda, sua maneira de avaliar, saiba fazer adaptações em matérias pedagógicas e mais, é imprescindível.

Para Barbosa (2023) o professor precisa de preparo, estudar para melhorar suas práticas instrutivas senão esses nunca conseguiram mudar tal conjuntura em que se encontra a educação inclusiva de discentes com TEA e com isso admitir a verdadeira meta que é a inclusão, a socialização e a aprendizagem. Para autor a compreensão deve estar pautada num processo pedagógico em que o aprendente é o centro. Todavia, o autor é enfático quando diz que respeitar, estimular, conhecer o diferente é primordial para a construção do saber (BARBOSA, 2020).

Para Orrú (2009) apud Barbosa (2023) a comunicação é a forma que o ser humano utiliza para interagir com outro ser. Ou seja, as palavras decodificadas. Para o autor essa maneira de se comunicar é um grande empecilho para a criança autista, pois, grande parte deles tem dificuldade de verbalizar, e ainda tem os que não consegue de forma alguma desenvolver essa oralização.

De acordo com Correia (2008) apud Barbosa (2023) os desafios para implementação da educação inclusiva é muito mais que da acessibilidade física aos autistas nos ambientes educacionais. O autor enfatiza ainda que o profissional tem que ter sensibilidade, mudança de concepção, adaptação curricular e formação adequada para trabalhar com o público com TEA (CORREIA 2009 apud BARBOSA 2023).

Já Oliveira (2020) diz que o maior desafio na atualidade é possibilitar um ensino para todos sem qualquer forma de discriminação, assegurando um processo educacional ajustado às necessidades do aprendente. O autor é enfático quando aponta que é necessário o esforço do pedagogo para trabalhar a inclusão, já que, o preparo não vem das formações, das experiências ou qualquer outra forma de conhecimento que versa sobre o transtorno do espectro autista na sala de aula comum, mais sim, da formação continuada aliada com o desejo de superação de suas limitações como educador. (OLIVEIRA, 2020). E mais o autor insiste quando diz que garantir uma formação docente de qualidade é um desafio e também uma qualidade que se apresenta o todo formador (OLIVEIRA 2020).

Pereira (2019) aponta como desafio para incluir crianças autista nas salas de aulas comuns o conhecimento limitado do educador em relação ao TEA. Esse descompasso retira do educador a capacidade de conhecer as competências do aprendente e passa a se basear apenas no déficit e nas limitações fatores preponentes para exclusão. O autor relata ainda que as políticas públicas e a formação contínua do educador e demais especialista é essencial para o processo de inclusão. (PEREIRA, 2019)

Silva (2020) aponta como um grande desafio enfrentado por discentes com TEA para se sentir fazendo parte do processo de inclusão é a dificuldade que o estudante tem para

acessar o currículo. O autor faz inferência as adaptações de pequeno (adaptações de responsabilidades do educador) e grande porte (adaptações de responsabilidade de redes ou gestores). O autor cita como desafio do professor dentro de uma sala de aula mista a dificuldade para efeiçoar o currículo para que todos se beneficiem e vivenciem a mesma aprendizagem (SILVA,2020).

Caneiro et. Al. (2021) aponta como desafio para a inclusão o ambiente educacional em e estrutura física inadequada, a superlotação das salas de aulas, tomando impossível para o docente da atenção adequada ao autista e assim, como os outros autores pesquisados também pontua a falta de formação adequada do professor para desenvolver metodologias educacional que auxilie no processo de inclusão dos discentes com TEA. (CARNEIRO et al., 2021). O autor ressalta ainda que não é suficiente garantir direitos aos autistas sem dar acesso permanentes ao conhecimento. (CARNEIRO et al., 2021).

Pereira (2018) pontua que os desafios enfrentados por professores de alunos atípicos são muitos que vai desde o conhecimento restrito do docente em relação ao transtorno até a pouca formação do professor e isso acarreta em impedimentos para inclusão. E o autor vai mais além, apontando a difícil tarefa do docente para compreender os comportamentos atípicos do autista aliado a dificuldade de socialização deste indivíduo. (PEREIRA, 2018) O autor enfatiza também a falta de recursos e de colaboradores para auxiliar pais e professores no processo de ensino e aprendizagem. (PEREIRA, 2018). É desafiador para educador trabalhar a inclusão dentro de suas salas de aula, pois, muitos desses profissionais não têm uma formação adequada para motivar a aprendizagem de crianças atípicas, a desinformação é outro fator preponderante e se já não bastasse ainda têm a falta de um cuidador qualificado para auxiliá-lo no dia a dia da sala de aula. Apesar de a inclusão está amparada em lei o que muito se observa é criança sendo matriculada em salas comuns apenas para os responsáveis comprovar que estão cumprindo estes normativos, no entanto, o estudante fica esquecido durante todo o horário letivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas pode-se concluir que a inclusão não é só colocar a crianças autista dentro de sala de aula comum, mais sim, dar ao aprendente as mesmas oportunidades de aprendizagem. Fazendo que todos sejam parte do processo.

Com os objetivos propostos buscou-se compreender todo o percurso histórico da educação especial até à educação inclusiva, que embora muitos pensam que ambas são a mesma coisa, não são. A educação especial é limitada as pessoas com deficiência enquanto que a segunda reconhece que todos são diferentes dentro do espaço escolar, mas podem receber a mesma aprendizagem. Mas, vale ressaltar que inclusão não é só está matriculada numa rede de ensino, mais sim fazer parte do mesmo processo. Buscou-se também conhecer o Transtorno do Espectro Autista e suas características, além de estratégias para ajudar pais e professores na educação de seus filhos.

Diante do problema exposto sobre os desafios enfrentados por famílias e professores para incluir crianças autistas em salas de aulas comuns foi possível observar com a pesquisa literária que apesar de tantas políticas públicas favoráveis as pessoas com TEA nos espaços sociais a inclusão ainda é um desafio a ser superado principalmente dentro do ambiente educacional. Pois, sabe-se que a criança com TEA tem características particulares nas áreas da comunicação e da interação social, mais isso é apenas uma condição, e não um impedimento para que esse discente frequente uma sala de aula regular e desenvolver suas habilidades intelectuais perfeitamente.

Partindo da concepção que à educação é direito de todo cidadão garantido em lei é papel fundamental do docente avaliar sua práxis pedagógica e rever sua metodologia, e a

partir disso desenvolver estratégias para facilitar o processo de inclusão. Contudo faz-se necessário que o professor conheça as necessidades e dificuldade apresentado pelo seu alunado.

De acordo com as pesquisas realizadas nas obra literárias pode-se observar que o maior desafio enfrentado pelos professores com relação a inclusão de crianças autista dentro do ambiente de aprendizagem apontada pelos os autores foi a falta de formação do docente, na visão desses estudiosos os profissionais de educação se sentem muito angustiados por não ter uma formação específica para trabalhar com esta parcela da população.

Ressalta-se ainda, que a adaptação do currículo, das atividades das metodologias, além da formação continuada, o apoio da família é de grande relevância para a inclusão e a escolarização de pessoas com deficiência ou transtorno.

E por fim, está pesquisa poderá ser de grande relevância para o cenário científico, pois, possibilitará que outros pesquisadores a utilize como fonte de estudos para trabalhos futuros e ainda, servirá para informar e conscientizar pais, professores, gestores bem como acadêmicos e demais interessados em conhecer o transtorno do espectro autista bem como suas características. Embora tenham muitas pesquisas sobre o assunto, ainda tem muito a ser investigado, pois o autismo é uma incógnita no mundo científico e as dúvidas são persistentes, necessitando assim, de estudos mais robusto para se ter um conhecimento mais acentuado sobre o assunto abordado.

REFERÊNCIA

ARAGÃO, Z.M.X.et.al. **Família e autismo**: uma revisão narrativa sobre o impacto do diagnóstico na relação conjuga. In MELO. M.M.(org). Interfases da saúde mental no Brasil. Teresina: Literacia Científica Editora & cursos, 2021, p.33-43. Doi105324(lit.edt. 978-65995572-2-4/03 Disponível em: [https://doi.org. Doi105324\(lit.edt. 978-65995572-2-4/03](https://doi.org. Doi105324(lit.edt. 978-65995572-2-4/03) Acesso 10 de setembro 2023.

ADURENS, F. D. L., & VIEIRA,C. M. (2019). **Concepções de professores sobre a inclusão do aluno com autismo**: uma pesquisa bibliográfica. Caderno de Pós-Graduação Em Distúrbios DO Desenvolvimento, 18(2). Disponível em: <http://editorarevista.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/12116>

BATISTA, M.J. BARBOSA, L.F. **Transtorno do Espectro Autista**: quando você conhece e apoia as peças se encaixam PROFEPT, 2021Disponível em: [educapes.capes.gov.br/handle\[capes\]](http://educapes.capes.gov.br/handle/capes) acesso em: 04 de abril de 2023

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria nº55/2007, prorrogado pela Portaria nº948/2007, entregue ao Ministério da Educação em de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

BRASIL, Constituição (1998) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 1998 Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislação> acesso em: 05 de abril de 2023.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** – Lei 9394/1996- 2. Ed.- Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições técnicas, 2018. 58p. Disponível em: <https://www.12.senado.leg.br> acesso em: 14 de abril de 2023.

BRASIL, **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO(PNE)**. Lei Federal nº13005/2014 Brasília: MEC, 2014 Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislação> acesso em: 06 de abril de 2023

BRASIL, **Lei 16.756/2018**, de 07 de junho de 2018 São Paulo,2018

BRASIL, **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 Brasília, 2012 Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislação> acesso em 05 de abril de 2023.

BRASIL, Lei 13.146, de 06 de junho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Brasília, 2015 Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislação> acesso em: 11 de abril de 2023.

CARNEIRO, L. V. et.al. **Desafios no processo de educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 13(6), e7689, Disponível em: <https://doi.org/1025248/reas.e7689.2021>.

CABRAL,C. S. et.al. **Relação-família-criança com Transtorno do Espectro Autista**: Percepção de pais e Professores para o mesmo autor reconhece a necessidade que a socialização e a aprendizagem de crianças com TEA. Revista Brasileira de Educação Especial, v.27, publicado 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbee> Acesso em: 10 de setembro de 2023.

CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) departamentos e serviços humanos do EUA. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticias>. Acesso em: 27 de junho de 2023.

CARLOTO, Silvani et.al, **O ALUNO AUTISTA NA ESCOLA COMUM: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**. Revista Ibero-Americana de Humanidade, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n10.out.2021. ISSN-2675-3375 Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/view>. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**: Psicopedagogia práticas educativas na escola e na família/ Eugênio Cunha. 9.ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2022.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil> Acesso em: 06 de abril de 2023.

Fernandes, Conceição Santos; Tomazzelli, Jeane; Girianelli, Vânia Reis. **Psicol. USP**; 31:e200027, 2020.graf Artigo em Português/LILACS, INDEXPSI/ ID:biblio-1135811.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**: Uma trajetória de silêncios e gritos! / Emilio Figueira; prefácio Rinaldo Corrê. 4.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

GOMES, Camila Graciella Santos. **Ensino de literatura para pessoas com autismo** 1.ed.- Curitiba: Aparis, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFPI**. Teresina: IFPI, 2021. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/area-do-estudante/bibliotecas/ManualdeNormalizaodeTrabalhosAcademicosdoIFPI.pdf>. Acesso em: 22 fev. de 2023

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo; Atlas, 2003. Disponível em: <https://documento.ufrn.edu.br> acesso em: 18 de abril de 2023.

LIBERALESSO, Paulo. Autismo: Compreensão e Práticas Baseadas em Evidências [livro eletrônico] / Paulo Liberalesso e Lucelma Lacerda. – 1 ed. – Curitiba 2020 PDF.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5/ [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Correia Nascimento...et.al]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli...[et.al] 5.ed.- Porto Alegre: Artmed,2014.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar**: o quê? Porquê? Como fazer? / Maria Tereza Eglér Mantoan - São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Autismo e Inclusão: percursos, desafios, possibilidades/** organização Ivone de Martins de Oliveira. -1.ed.- Curitiba, PR: CRV, 2015.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. **Autismo e inclusão escolar**: os desafios da inclusão do aluno autista. Revista Educação Pública , v.20,nº34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigo/20/34joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>.

PEREIRA. Glaucia Tomaz Marques. **Incluir Autismo**./ Glaucia Tomaz Marques Pereira – Anápolis: IFG,2019 Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes>] acesso em: 04 de abril de 2023.

PEREIRA, Germana Alves. **Desafios docentes na educação escolar de autistas**. Orientador: Prof. Dr. José Rômulo Feitosa Nogueira. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, Cajazeira, 2018 Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br> acesso em: 27/09/2023.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº2 de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> acesso em: 06 de abril de 2023.

SILVA. Edna Lúcia da. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**.3.ed.rev.atual.Florianópolis: Laboratório de Ensino à da UFSC, 2001.Disponível em: <https://books.scielo.org> acesso em:18 de abril de 2023.

SOUZA. Liliane Pereira de; (organizadora). **Autismo: Pesquisas e relatos**. 1.edição Campo Grande, inovar, 2021 ISBN: 978-65 80476-67-1 Disponível em: <http://Educapes.capes.gov.br/handle/capes>] Acesso em: 04 de abril de 2023.

SILVA. R. R. D. L; Santiago, C. B. S; Oliveira, A. F. T. M. **A Inclusão do aluno autista**: Um estudo sobre as adaptações curriculares. v.3n.3 (2020): VI Seminário Nacional de

Educação Especial/XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva Disponível em:
[https://periódicos.ufes.br>view](https://periódicos.ufes.br/view)

SANTOS, V. L. P. C. et.al. **Autismo:** Caminhos para a aprendizagem. Corporación Universtaria Iberoamericana. ISBN: 97895856372-7-6 [pdf]: IberAM,2018 Disponível em:
www.iberoamericana.edu.com.

UNESCO, Declaração mundial sobre para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1999. Disponível em:
[https://www.unicef.org>brazil](https://www.unicef.org/brazil). Acesso em: 06 de abril de 2023

VIERA VAZ, M.& OVÍDIA MUNIZ PORTILHO, M. **Inclusão Escolar e o Transtorno do Espectro Autista:** desafios e possibilidade da prática docente. Humanas em perspectiva, 2023. Disponível em <https://periodicosjs.com.br/index.php/hp/article/view/1484>

